

							
legislação	consultoria	assessoria	informativos	treinamento	auditoria	pesquisa	qualidade

Relatório Trabalhista

Nº 053

01/07/96



DADOS ECONÔMICOS - JULHO/96

• SALÁRIO MÍNIMO	R\$ 112,00
• SALÁRIO-FAMÍLIA (remuneração até R\$ 287,27)	R\$ 7,66
• SALÁRIO-FAMÍLIA (remuneração acima de R\$ 287,27)	R\$ 0,95
• AUXÍLIO-NATALIDADE e AUXÍLIO-FUNERAL (extinto pelo Decreto nº 1.744/95 (RT 100/95))	R\$ 0,00
• TETO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - EMPREGADOS	R\$ 957,56
• UFIR	R\$ 0,8847

Obs.:

- a) A MP nº 1.415, de 29/04/96, DOU de 30/04/96, alterou o valor do SM a partir de maio/96;
b) A Portaria nº 3.242, de 09/05/96, DOU de 13/05/96, alterou os novos valores do SF a partir de maio/96.



TABELA DO INSS - EMPREGADOS - JULHO/96

FX	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA (%)
01	ATÉ 287,27	8
02	DE 287,28 ATÉ 478,78	9
03	DE 478,79 ATÉ 957,56	11

Obs.:

- A Portaria nº 3.242, de 09/05/96, DOU de 13/05/96, alterou os valores das faixas a partir de maio/96;
- Desde a competência agosto/95, a terceira faixa passou de 10 à 11%, de acordo com a Lei nº 9.032, de 28/04/95, DOU de 29/04/95;
- As respectivas faixas foram mantidas pela Portaria nº 2.006, de 08/05/95, DOU de 09/05/95, ratificada pela Ordem de Serviço nº 131, de 25/07/95 (RT nº 064/95);
- Percentuais incidentes de forma não cumulativa (art. 22 do ROCSS).



TABELA DO IRRF - JULHO/96

FX	RENDA LÍQUIDA MENSAL (R\$)	ALÍQUOTA	DEDUÇÃO (R\$)
01	ATÉ 900,00	ISENTO	-
02	DE 900,01 ATÉ 1.800,00	15,0%	135,00
03	DE 1.800,01 ACIMA	25,0%	315,00

DEDUÇÃO DA RENDA BRUTA:

- Dependentes = R\$ 90,00;
- INSS descontado;

- Pensão Alimentícia (judicial); e
- contribuição paga à previdência privada.

ESCALA DE SALÁRIO-BASE - INSS - JULHO/96

CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

CLASSE	INTERSTÍCIO (Nº MESES)	SALÁRIO-BASE (R\$)	ALÍQUOTA (%)	CONTRIBUIÇÃO (R\$)
01	12	112,00	10	11,20
02	12	191,51	10	19,15
03	12	287,27	10	28,73
04	12	383,02	20	76,60
05	24	478,78	20	95,75
06	36	574,54	20	114,90
07	36	670,29	20	134,06
08	60	766,05	20	153,20
09	60	861,80	20	172,36
10	-	957,56	20	191,51

OBS.

- **TABELA:** A nova tabela, com vigência a partir de maio/96, foi determinada pela Portaria nº 3.242, de 09/05/96, DOU de 13/05/96. A tabela anterior, com vigência no período de maio/95 até abril/96, foi divulgado pela Port. nº 2.006, de 08/05/95, DOU de 09/05/95, republicada com correção no DOU de 12/05/95, e ratificado pela Ordem de Serviço nº 131, de 25/07/95;
- **OPÇÃO PELA MENOR SALÁRIO:** O segurado poderá optar em recolher pelo menor salário de contribuição, porém ao desejar retornar a sua faixa de origem ou faixa superior, deverá obedecer o período de interstício, isto é, o tempo de permanência em cada faixa, para promover-se numa faixa superior (Decreto nº 612/92);
- **SALÁRIO-BASE PARA APOSENTADOS:** A partir da competência agosto/95, o aposentado por idade ou por tempo de serviço, inclusive Contribuinte Individual, que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade, deverá enquadrar-se na classe cujo valor seja o mais próximo do valor de sua remuneração (Port. nº 2.006, 08/05/95, DOU de 09/05/95). Aos aposentados até o dia 29/04/95, data em que entrou em vigor a Lei nº 9.032, poderão recolher para a previdência social com base no antigo regime, ou seja, enquadramento na escala de salário-base de acordo com o seu tempo de contribuição, permitido a redução para menor classe, por opção do contribuinte individual;
- **DE EMPREGADO PARA CONTRIBUINTE INDIVIDUAL:** O empregado que passa a Contribuinte Individual, poderá enquadrar-se em qualquer classe até a equivalente ou a mais próxima da média aritmética simples dos seus 6 últimos salários-de-contribuição, corrigidos mês-a-mês, com base na tabela de cálculo do salário de benefício. Não havendo 6 contribuições, o enquadramento será na classe inicial, tendo acesso as classes superiores de acordo com o tempo de interstício (Port. nº 459, 30/08/93);
- **PAGAMENTO ANTECIPADO DAS CONTRIBUIÇÕES:** Não é permitido o pagamento antecipado de contribuições para suprir o interstício entre as classes (Decreto nº 612/92, art. 38, § 10);
- **INSCRIÇÃO:** Desde 15/06/92, os bancos não mais aceitam inscrições de Contribuintes Individuais. A inscrição deverá ser realizada junto ao Correio local;
- **CARNÊ:** O carnê de contribuições, deverá ser adquirido junto ao comércio. Na falta do carnê, recolhe-se por intermédio da GRPS-3, emitida pelo Órgão Local de Execução - OLE/INSS, preenchida para cada mês de competência e as contribuições à serem recolhidas não poderão ultrapassar a 12 competências consecutivas (OS Conjunta nº 7, de 16/04/92 - RT 033/92);
- **ISENÇÃO DO RECOLHIMENTO NO PERÍODO DE 16/04/94 A JULHO/95:** De acordo com a ON nº 1, de 27/06/94, DOU de 28/06/94, da Secretaria da Previdência Social, os Contribuintes Individuais aposentados, não foram beneficiados pela isenção do respectivo recolhimento, tratada na Lei nº 8.870, 15/04/94, limitando-se a isenção apenas e exclusivamente na condição de segurado empregado, doméstico e avulso, omitindo portanto, o Contribuinte Individual (período de 16/04/94 até 29/04/95). A Lei nº 9.032, de 28/04/95, determinou que os aposentados (empregados ou contribuintes individuais), que retornarem as suas atividades no trabalho, estão sujeitos a contribuição previdenciária. Mais recentemente, a Portaria nº 2.006, de 08/05/95, Dou de 09/05/95, do Ministério da Previdência e Assistência Social, determinou o desconto das contribuições dos aposentados, somente a partir da competência agosto/95. Concluindo, a Lei nº 8.870/94, combinado com a Lei nº 9.032/95 e Portaria nº 2.006/95, desconsiderando a ON nº 1/94 (hierarquicamente inferior em relação as normas citadas), o aposentado, incluindo o Contribuinte Individual, ficou isento da contribuição previdenciária no período de 16/04/94 até julho/95;
- **RECADASTRAMENTO:** A Portaria nº 3.033, DE 29/02/96 (RT 020/96) prorrogou até o dia 31/07/96, o prazo para o cadastramento dos Contribuintes Individuais junto a Previdência Social. O cadastramento é feito junto ao Correio local.
- **NOVAS ALÍQUOTAS:** O Decreto nº 1.415, de 29/04/96, DOU de 30/04/96, alterou a alíquota das três primeiras faixas da tabela de escala de salário-base (contribuinte individual), passando de 10 para 20%. De acordo com o estabelecido no § 6º do artigo 195, combinado com o artigo nº 153, ambas da Constituição Federal de 1988, a alteração entrará em vigor somente a partir de agosto/96.

UFIR

PERÍODO DE 13/JULHO/94 ATÉ DEZEMBRO/96

13/07/94	0,5618	15/07/94	0,5618	19/07/94	0,5618	21/07/94	0,5618
14/07/94	0,5618	18/07/94	0,5618	20/07/94	0,5618	22/07/94	0,5618

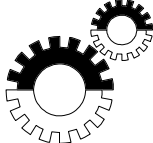
25/07/94	0,5664	12/08/94	0,5911	09/94	0,6207	11/95	0,7952
26/07/94	0,5710	15/08/94	0,5911	10/94	0,6308	12/95	0,7952
27/07/94	0,5757	16/08/94	0,5911	11/94	0,6428	01/96	0,8287
28/07/94	0,5804	17/08/94	0,5911	12/94	0,6618	02/96	0,8287
29/07/94	0,5857	18/08/94	0,5911	01/95	0,6767	03/96	0,8287
01/08/94	0,5911	19/08/94	0,5911	02/95	0,6767	04/96	0,8287
02/08/94	0,5911	22/08/94	0,5911	03/95	0,6767	05/96	0,8287
03/08/94	0,5911	23/08/94	0,5911	04/95	0,7061	06/96	0,8287
04/08/94	0,5911	24/08/94	0,5919	05/95	0,7061	07/96	0,8847
05/08/94	0,5911	25/08/94	0,5927	06/95	0,7061	08/96	0,8847
08/08/94	0,5911	26/08/94	0,5936	07/95	0,7564	09/96	0,8847
09/08/94	0,5911	29/08/94	0,5944	08/95	0,7564	10/96	0,8847
10/08/94	0,5911	30/08/94	0,5953	09/95	0,7564	11/96	0,8847
11/08/94	0,5911	31/08/94	0,6079	10/95	0,7952	12/96	0,8847

Obs.:	<ul style="list-style-type: none">UFIR PARA O 1º SEMESTRE/96: De acordo com a Portaria nº 312, de 28/12/95, a expressão monetária da UFIR referente ao 1º semestre de 1996, é de R\$ 0,8287;UFIR A PARTIR DE 1995: A partir de 1995, a expressão monetária da UFIR foi fixada em períodos trimestrais, corrigidas com base no IPCA - Série Especial (MP nº 812, de 30/12/94, DOU de 31/12/94);VALOR DA UFIR EM DIAS NÃO ÚTEIS: O valor da UFIR relativo ao dia não útil, considera-se a UFIR vigente no 1º dia útil posterior (IN nº 66, de 21/05/92, DOU de 25/05/92);INSS E IRRF - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: De julho a dezembro/94, ficou suspenso a aplicação da UFIR para fins de a atualização monetária de contribuições e impostos (INSS e IRRF) quando pagos em seus prazos normais (art. 36, MP nº 596/94);CONVERSÃO EM UFIR A PARTIR DE SETEMBRO/94: A partir da competência setembro/94, as contribuições arrecadadas pelo INSS, foram convertidas em UFIR com base no valor desta no mês subsequente ao de competência (art. 96, MP nº 596/94);IRRF - FATOS GERADORES A PARTIR DE SETEMBRO/94: Os fatos geradores que ocorreram a partir de 01/09/94, no caso do IRRF, são convertidos em quantidade de UFIR com base no valor desta no mês em que ocorreu o fato gerador ou no mês em que encerrou o período de apuração. A reconversão para R\$ far-se-á mediante a multiplicação da respectiva quantidade de UFIR pelo valor desta vigente no mês do pagamento, observado a interrupção pelo prazo de 180 dias da aplicação da UFIR, em seus prazos normais (§ 3º do art. 36 e art. 55, da MP nº 596/94);INSS ATÉ COMPETÊNCIA DEZEMBRO/94: O INSS em atraso, até a competência dezembro/94, aplica-se a atualização monetária pela variação da UFIR entre o mês subsequente ao de competência e o mês do efetivo recolhimento, sem prejuízo da multa e juros (§ 5º , art. 36, MP 596/94).
-------	---



**ÍNDICES ECONÔMICOS
PERÍODO MAIO/95 ATÉ MAIO/96**

PERÍODO MÊS/ANO	I B G E		F G V			FIPE/USP	DIEESE
	IPC-r	INPC	IGPM	IGP	IPC	IPC	ICV
05/95	2,57%	2,10%	0,58%	0,40%	2,21%	1,97%	3,58%
06/95	1,82%	2,18%	2,46%	2,62%	4,39%	2,66%	5,15%
07/95	-	2,40%	1,82%	2,24%	2,63%	3,72%	4,29%
08/95	-	1,02%	2,20%	1,29%	0,74%	1,43%	1,84%
09/95	-	1,17%	-0,71%	-1,08%	0,67%	0,74%	1,85%
10/95	-	1,40%	0,52%	0,23%	0,63%	1,48%	1,50%
11/95	-	1,51%	1,20%	1,33%	1,25%	1,17%	2,79%
12/95	-	1,65%	0,71%	0,27%	1,57%	1,21%	1,89%
01/96	-	1,46%	1,73%	1,79%	2,70%	1,82	5,41%
02/96	-	0,71%	0,97%	0,76%	1,46%	0,40%	0,05%
03/96	-	0,29%	0,40%	0,22%	0,43%	0,23%	1,04%
04/96	-	0,93%	0,32%	0,70%	1,31%	1,62%	1,14%
05/96	-	1,28%	1,55%	1,68%	2,08%	1,34%	1,61%



**NR 12 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
CILINDROS DE MASSA**

A Portaria nº 15, de 21/06/96, DOU de 25/06/96, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, alterou a NR 12, que trata sobre Máquinas e Equipamentos, acrescentando o subitem 12.3.10 e o Anexo II.

A Norma, disciplinou os dispositivos de segurança que deverão conter os cilindros de massa, utilizados na indústria de panificação. Na íntegra:

O Secretário de Segurança e Saúde no Trabalho no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto no artigo 186 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e na Norma Regulamentadora nº 12 (Máquinas e Equipamentos);

Considerando que na indústria da panificação, os acidentes com máquinas representam aproximadamente, 70% dos infortúnios laborais, sendo que, deste percentual, mais da metade ocorrem com máquinas cilindros de massa;

Considerando os termos do Acordo assinado em 23/05/96, entre a Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, FUNDACENTRO e representantes dos empregadores e trabalhadores do setor, referente a proteção de máquinas cilindros de massa;

Considerando o disposto no artigo 4º da Portaria MTb nº 393, de 09/04/96, resolve:

Art. 1º - Publicar minuta de proposta de alteração da Norma Regulamentadora nº 12 - Máquinas e Equipamentos, acrescentando o subitem 12.3.10 e o Anexo II, que passa ter a seguinte redação:

12.3.10 - Os fabricantes, importadores e usuários de cilindros de massa devem atender ao disposto no Anexo II desta NR.

ANEXO II - CILINDROS DE MASSA

1. É proibida a fabricação, a importação, a venda, a locação e o uso de cilindros de massa que não atendam as disposições contidas nesse Anexo, sem prejuízo dos demais dispositivos legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho.

2. DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA

Os cilindros de massa fabricados e importados para comercialização no País, deverão dispor dos seguintes dispositivos de segurança:

a) Proteção para as áreas dos cilindros:

a.1) proteção fixa instalada a 117 cm (\pm 2,5 cm) da extremidade da mesa baixa, para evitar o acesso à área de movimento de riscos;

a.2) proteção fixa nas laterais da prancha de extensão traseira, para eliminar a possibilidade de contato com a área de movimento de riscos, por outro local, além da área de operação;

a.3) prancha de extensão traseira, com inclinação de 50 a 55 graus e distância entre zona de prensagem (centro e cilindro inferior) e extremidade superior da prancha 80 cm (\pm 2,5 cm);

a.4) mesa baixa com comprimento de 80 cm (\pm 2,5 cm), medidos do centro do cilindro inferior à extremidade da mesa e altura de 75 cm (\pm 2,5 cm);

a.5) chapa de fechamento do vão entre rolete obstrutivo e cilindro superior.

b) Segurança na limpeza:

b.1) para o cilindro superior: lâmina de limpeza em contato com a superfície inferior do cilindro;

b.2) para o cilindro inferior: chapa de fechamento do vão entre cilindro e mesa baixa.

c) Proteção Elétrica:

c.1) dispositivo eletrônico que impeça a inversão de fases:

c.2) sistema de parada instantânea de emergência, acionado por botoeiras posicionadas lateralmente, à prova de poeira, devendo funcionar com freio motor ou similar, de tal forma que elimine o movimento de inércia dos cilindros.

d) Proteção das polias:

d.1) proteção das polias com tela de malha, no máximo, 0,25 cm², ou chapa.

e) Indicador visual:

e.1) indicador visual para regular visualmente a abertura dos cilindros durante a operação de cilindrar a massa, evitando o ato de colocar as mãos para verificar a abertura dos cilindros.

Para fins de aplicação deste item, define-se:

- **CILINDRO DE MASSA:** máquina utilizada para cilindrar a massa de fazer pães. Consiste principalmente de mesa baixa, prancha de extensão traseira, cilindros superior e inferior, motor e polias.
- **MESA BAIXA:** prancha de madeira revestida de fórmica, na posição horizontal, utilizada como apoio para o operador manusear a massa.
- **PRANCHA DE EXTENSÃO TRASEIRA:** prancha de madeira revestida com fórmica, inclinada em relação à base, utilizada para suportar e encaminhar a massa até os cilindros.
- **CILINDROS SUPERIOR E INFERIOR:** cilindram a massa, possuindo ajuste de espessura e posicionam-se entre a mesa baixa e a prancha.
- **DISTÂNCIA DE SEGURANÇA:** mínima distância necessária para impedir o acesso à zona de perigo.
- **MOVIMENTO DE RISCO:** movimento de partes da máquina que podem causar danos pessoais.
- **PROTEÇÕES:** dispositivos mecânicos que impedem o acesso nas áreas de movimentos de risco.
- **PROTEÇÕES FIXAS:** proteções fixadas mecanicamente, cuja remoção ou deslocamento só é possível com o auxílio de ferramentas.
- **PROTEÇÕES MÓVEIS:** proteções móveis que impedem o acesso à área dos movimentos de risco quando fechadas.
- **SEGURANÇA MECÂNICA:** dispositivo que, quando acionado, impede mecanicamente o movimento da máquina.
- **SEGURANÇA ELÉTRICA:** dispositivo que, quando acionado, impede eletricamente o movimento da máquina.

Art. 2º - Fixar o prazo de 90 dias para o recebimento de sugestões, que deverão ser enviadas para o Ministério do Trabalho, no seguinte endereço:

Secretaria dos Ministérios, Bloco F, Edifício Anexo Ala B, 1º andar, sala 140 - CEP: 70059-900 - Brasília - DF.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ZUHER HANDAR.



**NR 28 - FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES - ALTERAÇÕES
PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - NR 7**

A Portaria nº 17, de 25/06/96, DOU de 28/06/96, da Segurança e Saúde no Trabalho, atualizou o Anexo II da NR-28, que trata sobre Fiscalização e Penalidades, em virtude de alterações ocorridas na NR 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Na íntegra:

O Secretário de Segurança e Saúde no Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de adequar as Normas Regulamentadoras ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, resolve:

Art. 1º - Definir os seguintes Códigos de Norma para os novos itens da Norma Regulamentadora NR 7, alterada pela Portaria SSST nº 08, de 08/05/96, publicada no DOU do dia 13 subsequente, página 8.202, que passam a integrar o Anexo II, da NR 28.

ITEM/SUBITEM	CÓDIGO DE NORMA	INFRAÇÃO
7.3.1 “b”	107.046-0	1
7.4.2.3	107.017-7	1
7.4.3.5	107.047-9	1
7.4.4.3 “a”	107.048-7	1
7.4.4.3 “b”	107.049-5	1
7.4.4.3 “c”	107.050-9	1
7.4.4.3 “d”	107.051-7	2
7.4.4.3 “e”	107.052-5	2
7.4.4.3 “f”	107.053-3	2
7.4.4.3 “g”	107.054-1	2

Art. 2º - Incluir no Subitem 7.4.4.3 do artigo 2º, da Portaria SSST nº 08/96, a alínea “g”, com a seguinte característica:

ITEM/SUBITEM	INFRAÇÃO
7.4.4.3 “g”	2

Art. 3º - No artigo 2º da Portaria SSST nº 08/96, onde se lê:

ITEM/SUBITEM	INFRAÇÃO
	1

Leia-se:

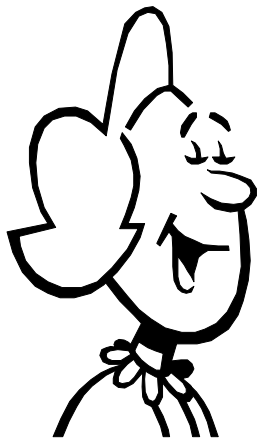
ITEM/SUBITEM	INFRAÇÃO
7.4.2.3	1

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ZUHER HANDAR



PERGUNTAS & RESPOSTAS



Qual o limite do emprego de força muscular para mulheres ?

O art. 390 da CLT, limita à mulher, o emprego de força muscular superior a 20 kg para o trabalho habitual e 25 kg na hipótese de ser eventual.
Não se aplicam esses limites, quando o transporte é complementado por equipamentos especiais (impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou qualquer outros aparelhos mecânicos), neutralizando a força muscular.

Para fazer a sua assinatura, entre no site www.sato.adm.br

O que acompanha na assinatura ?

- informativos editados duas vezes por semana (3ª e 6ª feiras);
 - CD-Rom Trabalhista (guia prático DP/RH) devidamente atualizado;
 - consultas trabalhistas por telefone e por e-mail (sem limite);
 - acesso integral às páginas do site (restritas apenas aos assinantes);
 - notícias de urgência ou lembretes importantes, por e-mail;
 - requisição de qualquer legislação, pertinente a área, além dos arquivos disponibilizados no CD-Rom Trabalhista;
 - descontos especiais nos eventos realizados pela Sato Consultoria de Pessoal (cursos, palestras e treinamento in company).
-

Todos os direitos reservados

Todo o conteúdo deste arquivo é de propriedade de V. T. Sato (Sato Consultoria). É destinado somente para uso pessoal e não-comercial. É proibido modificar, licenciar, criar trabalhos derivados, transferir ou vender qualquer informação, sem autorização por escrito do autor. Permite-se a reprodução, divulgação e distribuição, mantendo-se o texto original, desde que seja citado a fonte, mencionando o seguinte termo:

“fonte: sato consultoria - www.sato.adm.br”